



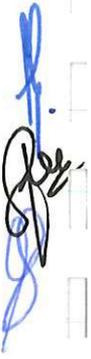
Uma vez efetuada a avaliação são planificadas medidas de controlo dos riscos a implementar em cada posto de trabalho ou serviço.

A notificação de risco é um procedimento previsto na lei, mediante o qual são prestadas as informações relativas ao acontecimento perigoso, ao incidente, ao acidente em serviço ou à doença profissional.

A notificação do risco visa a proteção das pessoas, equipamento, edifícios e ambiente. É um sistema global, transversal de informação da Gestão do Risco que permite a recolha e análise de informações com vista à tomada de medidas para minimizar o risco quando não for possível eliminá-lo e também à implementação de práticas seguras. Através das notificações do risco estabelecem-se indicadores que possibilitam avaliar/monitorizar a segurança a todos os níveis, assim como melhorar as condições de trabalho.

Durante o ano de 2021 das 221 notificações recebidas, 31% foram classificadas como não clínicas e 69 % clínicas. Os grupos profissionais que mais notificaram foram:

- Enfermeiros (139 notificações);
- Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica (23 notificações);
- Assistentes Operacionais (22 notificações);
- Médicos (16 notificações);
- Outros (21 notificações);



Proteção de dados

Durante o ano de 2021, o HH deu seguimento ao projeto que visa garantir a conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 e a Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto e que assegura a execução nacional do RGP3.

A 26 de Fevereiro de 2020, foi nomeado o Encarregado de Proteção de Dados (DPO - Data Protection Officer), assim como um grupo de trabalho multidisciplinar (constituído por 6 colaboradores provenientes de diversos serviços do hospital.)

O DPO e os outros elementos do grupo de trabalho tiveram formação externa de modo a garantir a aquisição das competências específicas na área da Proteção de Dados, tendo elaborado diversos pareceres necessários e desenvolvido atividades relativas à revisão, elaboração de procedimentos e políticas, assim como ações de apoio aos processos.

Questões ambientais

Os valores ambientais fazem parte da intuição no âmbito dos seus princípios de Responsabilidade Social associados à gestão dos serviços de saúde. Esses valores são desenvolvidos nas suas atividades de promoção de saúde dos colaboradores, dos seus utentes e acompanhantes e demais utilizadores das instalações do hospital.

A área do ambiente tem-se vindo a destacar nos últimos anos, e são cada vez mais as exigências legais em matérias de gestão ambiental, sendo a gestão de resíduos hospitalares a de maior representatividade para o Hospital da Horta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Separação Seletiva

O Hospital da Horta implementa a separação de resíduos em 2 fases:

Serviços não clínicos

Separação de resíduos de embalagens domésticos (papel, cartão, plástico/metal e vidro) em todos os serviços administrativos, gabinetes, arquivos, copas, etc.

Serviços clínicos

Separação de resíduos de embalagens resultantes da atividade de prestação de cuidados de saúde (papel, cartão, plástico/metal e vidro), como por exemplo resíduos de embalagens de medicamentos, agulhas, seringas em todos os serviços clínicos.

Uma vez triados e acomodados em recipientes próprios, estes resíduos são reencaminhados para valorização material, através de reciclagem, para operador de resíduos licenciado.

Os resíduos hospitalares perigosos (GIII e GIV) são produzidos nos vários serviços clínicos e posteriormente são armazenados numa zona de sujos onde são posteriormente recolhidos pelo operador de resíduos e levados para a central.



Anualmente são também efetuadas formações aos colaboradores do Hospital sobre a temática da gestão e tratamentos de resíduos, nas quais são abordadas alguns temas como:

- Definição e classificação dos resíduos;

- Regras de triagem, acondicionamento e manipulação dos resíduos no local de produção;

- Recolha e transporte interno de resíduos;

- Tratamento dos resíduos hospitalares;

- Resíduos valorizáveis;

Em 2021, foram realizadas apenas oito formações por causa da pandemia, tendo sido 4 formações em higiene, segurança e saúde no trabalho e 4 formações em prevenção e controlo de infeções hospitalares. Ao todo participaram nestas formações 89 colaboradores.



Gestão de Resíduos Hospitalares

Os resíduos hospitalares são classificados em quatro grupos, sendo o Grupo I e II resíduos não perigosos, que podem ser equiparados a urbanos e a sua eliminação é feita em aterro sanitário, por sua vez os resíduos de Grupo III e IV são considerados resíduos perigosos estando sujeitos a tratamentos específicos.

O Hospital da Horta produziu em 2021, 53.464 kg de resíduos e investiu cerca de 149.266 €, no tratamento e eliminação destes resíduos.

Produção de resíduos hospitalares 2019-2021



[Handwritten signature]

Resíduos hospitalares não perigosos

Os resíduos hospitalares não perigosos são encaminhados para operadores licenciados de gestão de resíduos. Os resíduos urbanos indiferenciados e os equiparados a urbanos têm como destino final o aterro sanitário, por sua vez, os resíduos sujeitos a valorização são separados conforme o tipo, nomeadamente papel e cartão, vidro e plástico e enviados para a central de recolha e tratamento.

Questões sociais relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens e não discriminação

Um dos principais valores do Hospital da Horta, é o da Justiça e da Igualdade de acordo com o artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa. O hospital respeita e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, pautando a sua conduta pelo seu rigoroso respeito.

O Hospital da Horta compromete-se assim a promover o respeito pela igualdade de oportunidades para todas as suas colaboradoras e colaboradores. Todas as práticas, políticas e procedimentos laborais devem ser orientados no sentido de impedir a discriminação e o tratamento diferenciado em função da raça, género, orientação sexual, credo, estado civil, deficiência física ou de opiniões de outra natureza, origem étnica ou social, naturalidade ou associação sindical.

Neste sentido, a entidade assume os seguintes compromissos:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Recrutamento: A seleção e o recrutamento assentam no princípio da igualdade e não discriminação em função do género, assim como no cumprimento de legislação aplicável às diferentes carreiras profissionais da instituição quanto aos procedimentos concursais aplicáveis, com publicação de anúncio de ofertas de emprego.

Formação: No âmbito da formação contínua, sempre que possível, o hospital assegura a ambos os sexos acesso igual formação, incentivando a frequência de processos de aprendizagem ao longo da Vida e permitindo a interrupção na carreira para formação aos seus colaboradores.

Carreiras: Na gestão de carreiras e remunerações o hospital contempla a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens na sua política de remunerações e promoções, dentro do regime legal aplicável aos colaboradores, ao SRS e ao GRA, designadamente é assegurada a existência de critérios claros de promoção e progressão que garantam a igualdade de acesso a categorias ou níveis hierárquicos superiores.

Direitos humanos e o combate à corrupção e às tentativas de suborno

O Hospital da Horta respeita e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, pautando a sua conduta pelo seu rigoroso respeito.

O Hospital da Horta possui mecanismos implementados que permitem detetar, avaliar e mitigar o risco de gestão, corrupção, suborno, infrações conexas e conflitos de interesses, entre os quais:



- Regulamento Interno
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (em validação pelo CA)

Este plano constitui um instrumento fundamental de suporte ao planeamento estratégico e tomada de decisão pelo Conselho de Administração.

Abrange as seguintes áreas de risco, probabilidade de ocorrência, impacto e respetivas medidas preventivas:

- Gestão de Compras
- Gestão de Imobilizado
- Gestão de Logística e Farmácia
- Gestão de Tesouraria
- Gestão de Recursos Humanos

São elaborados relatórios de execução com vista à análise da implementação das medidas preventivas referidas no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas com identificação do grau de implementação de cada uma das medidas identificadas no mesmo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



A Lei nº. 15/2014, de 21 de março, alterada pela Lei nº. 110/2019, de 9 de setembro, e pelo Decreto-Lei nº. 44/2017, de 20 de abril, consolida a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde.

Nomeadamente, consagra-se o consentimento livre e esclarecido ou a recusa da prestação de cuidados de saúde por parte dos utentes, podendo este consentimento ser revogado em qualquer momento.

Consagra-se também a proteção dos dados pessoais e a reserva da vida privada, como direito dos utentes dos serviços de saúde. Esse quadro normativo é cumprido no Hospital da Horta, por todos os colaboradores. Existe, assim, uma consciência coletiva da importância de preservar a privacidade e a liberdade das pessoas, mesmo em estado de doença.

No âmbito da Comissão de Ética do hospital, foram elaboradas declarações de consentimento informado para serem prestados pelos utentes aquando da prestação de cuidados de saúde. Pretende-se que o consentimento informado seja mais do que uma declaração com valor jurídico que, sem prejuízo da sua natureza formal, pressupõe uma dinâmica de diálogo contínuo e permanente entre o médico e o utente.

O hospital dispõe de um Código de Ética para todos os profissionais da instituição, aprovado pelo Conselho de Administração. Os valores contidos neste Código de Ética devem ser entendidos e assimilados por todos os colaboradores, os quais devem servir de base para a sua atividade prestada e de responsabilidade de serviço público. São ainda observados as normas constantes dos Códigos Deontológicos das Ordens Profissionais dos colaboradores a elas afetos.

Pen

8. ANÁLISE ECONÓMICO E FINANCEIRA

No decurso do exercício de 2021, o Hospital da Horta apresentou um desempenho económico-financeiro cujos principais destaques foram:

- Nível de financiamento obtido mais adequado à sua estrutura de custos, no montante de 33.226.000 euros (em 2020, 29.374.000 euros), o que representa um acréscimo de 13% face ao período homólogo;
- Os proveitos operacionais resultantes da cobrança de taxas moderadoras atingiram em 2021, o montante de 274.939. euros (em 2020, 57.828 euros) devido essencialmente à realização de testes PCR; em contrapartida os proveitos com prestação de serviços baixaram significativamente em 2021 como consequência de alterações legislativas ocorridas, as quais vieram implicar a faturação de serviços prestados apenas a companhias de seguros e outras entidades privadas (em 2021, 573.521 euros e em 2020, 1.058.693 euros);
- Os custos operacionais ascenderam a 37,9 milhões de euros (em 2020, 35,3 milhões de euros) o que se traduz num aumento face ao período homólogo de (+ 7%);
- A dívida a fornecedores a 31 de Dezembro de 2021 situa-se nos 13,9 milhões de euros (em 2020, 13,2 milhões de euros), o que representa um acréscimo de 5%. Parte deste aumento deve-se às compras e aquisições de material para a COVID-19, nomeadamente EPI'S, reagentes para testes PCR, álcool gel, etc (em 2021, 2,19 milhões de euros e em 2020, 1,05 milhões de euros);
- Em 2021, o património líquido é de 5,29 milhões de euros (em 2020, 7,22 milhões de euros) em virtude da integração do resultado líquido do exercício obtido;



8.1 ANÁLISE ECONÓMICA

Procede-se, seguidamente, à análise dos principais indicadores que nos permitem avaliar o desempenho económico da instituição, conforme o apresentado na tabela seguinte:

Principais indicadores económicos

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Consumos	5.121.078	5.227.797	7.285.063	2.057.266	39%
Fornecimentos e serviços	7.578.335	7.302.766	8.441.815	1.139.048	16%
Custos com pessoal	17.750.222	18.733.119	19.120.982	387.863	2%
Gastos de depreciação e amortização	2.434.292	2.450.235	2.511.713	61.478	3%
Perdas por imparidade	261.177	303.482	220.000	-83.482	-28%
Outros gastos	52.755	1.333.497	381.046	-952.451	-71%
Gastos por juros e outros encargos	22.959	76.116	266.017	189.901	249%
Total de gastos	33.220.818	35.427.012	38.226.635	2.799.623	8%
Transferências correntes					
Contrato-programa	22.442.157	29.374.000	33.226.100	3.852.100	13%
Outras transferências	420.175	1.009.772	613.915	-395.857	-39%
Taxas moderadoras	204.128	57.828	274.939	217.111	375%
Vendas e prestação de serviços	2.046.731	1.077.382	592.331	-485.051	-45%
Restantes rendimentos	1.058.286	1.398.156	1.478.066	79.910	6%
Total de rendimentos	26.171.477	32.917.138	36.185.351	3.268.213	10%
Resultado líquido do período	-7.049.341	-2.509.873	-2.041.284	468.590	-19%
EBITDA	-4.592.089	16.478	736.446	719.968	4369%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



O resultado líquido no final de 2021, ascende a - 2.041.284 euros, o que representa uma melhoria em 19 % face ao resultado líquido obtido no período homólogo.

Este resultado deriva essencialmente de um aumento dos proveitos auferidos, os quais totalizam em 2021, 36.185.351 euros (em 2020, 32.917.138 euros).

Relativamente aos custos, estes subiram face a 2020 (+8%), tendo atingido o montante de 38.226.635 euros (em 2020, 35.427.012 euros).

O *EBITDA*, que traduz a capacidade do hospital gerar recursos através da sua atividade operacional, excluindo desta análise os impostos e os efeitos financeiros, atingiu em 2021, o valor de 736.446 euros (em 2020, 16.478 euros). A melhoria neste resultado, deve-se em grande parte ao aumento da receita via financiamento do contrato programa.

8.1.1 PROVEITOS

Os proveitos totalizaram 36,18 milhões de euros em 2021, o que representa um aumento de 10% face ao período homólogo. Esta variação positiva decorre principalmente do valor auferido no Contrato Programa (em 2021, 33.226.000 euros e em 2020, 29.374.000 euros).



Segue abaixo o detalhe da estrutura de proveitos:

Estrutura de proveitos

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Impostos e taxas	204.128	57.828	274.939	217.111	375%
Vendas	8.960	18.689	18.810	120	1%
Prestação de serviços	2.037.772	1.058.693	573.521	-485.171	-46%
Transferencias e subsídios recebidos	22.862.332	30.383.772	33.840.015	3.456.243	11%
Reversões de imparidades	0	428.259	78.506	-349.753	100%
Outros rendimentos e ganhos	1.058.286	969.896	1.399.560	429.664	44%
Total de proveitos	26.171.477	32.917.138	36.185.351	3.268.213	10%

As taxas moderadoras face ao período homólogo apresentam um aumento de (+375%), tendo em conta a cobrança de taxas referente aos testes de despiste ao vírus SARS-CoV-2 pela metodologia RT-PCR, conforme Portaria n.º 8/2021 de 15 de fevereiro de 2021.

Nos serviços prestados verificamos uma redução na faturação, o que resulta do estipulado na Lei 2/2020 de 31 de Março, art.º 271 do Orçamento de Estado que impede a faturação aos subsistemas públicos a partir de 1 de abril. Deste modo, constata-se em 2021, uma redução de (-46%) o que se traduz numa variação absoluta de (-485.171 €), face ao ano anterior.

A rubrica de transferências e subsídios recebidos apresenta um crescimento de (+11%) face ao ano anterior, conforme se detalha no quadro abaixo:



Transferencias e subsidios recebidos

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Contrato Programa	22.442.157	29.374.000	33.226.100	3.852.100	13%
Fixação de médicos RAA	38.250	0	0	0	0%
Cirurgie	70.447	217.013	439.000	221.987	102%
Outros subsidios	300.000	781.513	168.665	-612.848	-78%
Fundo Regional do Emprego	11.478	11.246	6.250	-4.996	-44%
Total	22.862.332	30.383.772	33.840.015	3.456.242	11%

O Contrato Programa representa 92 % do total dos proveitos operacionais do hospital (em 2020, 89%) apresentando-se cada vez mais, como a principal fonte de financiamento da operação do hospital, uma vez que atualmente a faturação de prestação de serviços é efetuada apenas a companhias de seguros e particulares.

O valor recebido no âmbito do Cirurgie aumentou em 2021, (+102%) relativamente ao ano anterior, tendo em conta o aumento do número de cirurgias de oftalmologia e ortopedia contratualizadas com a DRS para recuperação de listas de espera.

Foram recebidos ainda em outros subsídios, o montante de 168.665 euros, sendo 88.000 euros referentes a medidas de combate à COVID-19 e 60.000 euros no âmbito da abertura de uma Unidade Laboratorial CODID-19 para realização de testes PCR. Por fim, foi atribuído um subsídio pela Segurança Social no valor de 9.665 euros para apoio excecional às famílias e 11.000 euros para o programa de rastreio ROCRRA.



Outros rendimentos

Na rubrica outros rendimentos registam-se essencialmente os proveitos referentes a alugueres de espaços comerciais existentes no Hospital e o reconhecimento do proveito dos subsídios recebidos para a construção do novo Bloco C do Hospital. Comparativamente a 2020, esta rubrica cresceu 44% (+429.664 euros) devido em grande parte a uma indemnização recebida pelo hospital por incumprimento contratual no âmbito da construção da empreitada do edifício do Corpo C realizada no período de 2011-2015.

8.1.2 GASTOS

O ano de 2021 fica marcado por aumento de gastos face a 2020 tendo em conta a retoma da atividade clínica realizada no hospital com o normalizar gradual da situação pandémica. As rubricas de consumos e fornecimentos e serviços externos registam claramente acréscimos derivados desta situação.

Dos gastos totais registados em 2021, destacam-se os gastos com pessoal no montante de 19.120.982 euros, os quais representam 50% dos gastos totais. De seguida, surgem os Fse's no montante de 8.441.385 euros representando 22% dos custos e os custos com consumos com o valor total de 7.287.325 euros representando 19% na estrutura global de custos.



Consumos

Os gastos com os consumos subiram em 2021 (+39%) do que no período anterior, conforme se discrimina no quadro seguinte:

Evolução dos gastos com consumos

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
<i>Produtos farmacêuticos</i>	3.584.077	3.614.328	5.220.139	1.605.811	44%
<i>Medicamentos</i>	2.911.873	2.979.074	3.165.637	186.563	6%
<i>Reagentes</i>	551.929	538.973	1.946.219	1.407.246	261%
<i>Outros produtos farmacêuticos</i>	120.275	96.282	108.284	12.002	12%
Material de consumo clínico	1.235.828	1.263.617	1.666.599	402.982	32%
Material de consumo hoteleiro	88.508	84.111	118.492	34.381	41%
Material de consumo administrativo	79.864	80.690	86.761	6.071	8%
Material de conservação e reparação	132.800	185.051	193.070	8.020	4%
Total	5.121.078	5.227.797	7.285.063	2.057.266	39%

Como podemos verificar, ocorre um aumento significativo nos consumos face a 2020, o que se traduz numa variação absoluta de (+ 2.057.266 euros). Esta variação de custos resulta especialmente dos gastos com reagentes (+261%) e material de consumo clínico (+32%) e medicamentos (+6%).

No respeitante aos medicamentos, o aumento registado em 2021 (+186.563 euros) resulta do aumento dos tratamentos com medicamentos de inovação terapêutica essencialmente nas áreas de oncologia e pneumologia.



O Hospital da Horta cedeu gratuitamente em 2021 às Usí's e outras entidades regionais, o montante de 305.284 euros em (2020, 267.378 euros) em EPI's e outros artigos para o combate à pandemia do COVID-19. De acordo, com a Circular Normativa N.º DRS-CNORM46/2020/46 de 2 de Novembro de 2020, estas cedências foram registadas na conta 68.

Segue o detalhe dos gastos com reagentes utilizados nos diferentes tipos de análises efetuadas pelo Hospital em 2021:

Reagentes

Centros de custo	2019	2020	2021	2021/2020	%
Bioquímica	303.586	271.630	306.492	34.862	13%
Microbiologia	98.181	79.857	96.078	16.221	20%
Imunidades e alergias	40.573	42.083	39.650	-2.432	-6%
Serologia (Vidas)	26.554	35.049	49.712	14.663	42%
Imunohemoterapia	26.803	30.380	30.411	31	0%
Coagulações (ACL 9000)	35.439	28.184	31.644	3.460	12%
Laboratório Covid 19		29.660	1.367.422	1.337.762	4510%
Outros	20.793	22.131	24.809	2.678	12%
Total	551.929	538.973	1.946.219	1.407.246	261%

Podemos verificar que os aumentos nos reagentes devem-se essencialmente aos gastos no laboratório do COVID-19 na realização de testes PCR. As restantes áreas também cresceram ligeiramente face ao ano passado, como consequência do aumento da atividade clínica realizada.



Relativamente ao material de consumo clínico, apresenta-se de seguida o detalhe dos gastos por serviço:

Material Clínico

Centros de custo	2019	2020	2021	2021/2020	%
Internamento medico	52.537	74.071	83.021	8.951	12%
Internamento Cirurgico	40.141	62.906	47.205	-15.700	-25%
Internamento Ortopneumatológico	26.108	21.650	28.208	6.557	30%
Internamento Mulher	17.308	22.363	18.260	-4.103	-18%
Internamento Criança	7.789	7.621	8.683	1.061	14%
Emergencia	63.622	97.915	94.931	-2.984	-3%
Consulta externa	120.261	119.361	196.068	76.706	64%
Hospital de Dia	35.133	57.179	48.512	-8.667	-15%
Cirurgia de Ambulatorio	7.871	5.940	6.564	623	10%
Serviços de Apoio Clínico	865.058	778.767	1.084.893	306.126	39%
COVID-19		15.843	50.255	34.411	217%
Total	1.235.828	1.263.617	1.666.599	402.982	32%

Como podemos verificar o aumento nos consumos de material clínico ocorre principalmente nos serviços de apoio clínico (+27%) e consulta externa (+43%).

Segue abaixo o detalhe dos serviços de apoio clínico:



Serviços de Apoio Clínico

Material clínico	2019	2020	2021	2021/2020	%
Laboratório	22.704	20.208	29.311	9.104	45%
Imagiologia	2.820	3.277	3.652	375	11%
Imunohemoterapia	27.768	26.692	63.527	36.834	138%
Recobro	16.578	40.712	20.515	-20.197	-50%
Bloco Operatório	747.651	632.132	825.643	193.512	31%
Esterilização	26.093	25.846	29.470	3.625	14%
Outros	21.444	29.901	112.775	82.874	277%
Total	865.058	778.767	1.084.893	306.126	39%

Constata-se que o aumento de gastos resulta essencialmente da atividade realizada no bloco operatório (+31%) devido ao aumento de cirurgias realizadas em 2021 (incluindo o programa Cirurge para recuperação de listas de espera de cirurgia nas especialidades de ortopedia e oftalmologia). O aumento nos outros refere-se a gastos com artigos SAPA.

Na consulta externa o aumento de (+43%) resulta do aumento da atividade da consulta incluindo a especialidade de gastroenterologia na qual foi efetuada uma recuperação de listas de espera.

Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos cresceu (+16 %) face a 2020. Segue o detalhe na tabela seguinte:



Fornecimentos e Serviços Externos

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Subcontratos	4.955.224	4.748.270	5.478.444	730.174	15%
Serviços Especializados	1.499.532	1.545.611	1.773.619	228.008	15%
Materiais de consumo	46.500	37.833	63.565	25.731	68%
Energia e Fluidos	572.532	488.471	595.337	106.866	22%
Deslocações, Estadas e Transportes	224.751	226.216	271.735	45.520	20%
Serviços Diversos	279.796	256.365	259.114	2.749	1%
Total	7.578.335	7.302.766	8.441.815	1.139.048	16%

As rúbricas mais significativas são os subcontratos (5.478.444 euros) e os serviços especializados (1.773.619 euros), que representam 86% dos custos totais com fornecimentos e serviços externos.

A rubrica de subcontratos encontra-se 15% acima do realizado no ano anterior, o que implica um aumento de custos 730 mil euros. Esta rubrica tem vindo a evidenciar uma tendência de crescimento nos últimos anos, por via dos gastos com deslocação de doentes, tendo em conta a nova portaria que entrou em vigor a 1 de setembro de 2018, a qual veio responsabilizar financeiramente os hospitais pelos custos com as deslocações subseqüentes. Paralelamente, esta ano o aumento da atividade clínica provocou aumento de gastos nas rubricas com assistência ambulatoria e trabalhos executados no exterior.

No quadro abaixo, vemos em maior detalhe a evolução dos gastos com subcontratos:



Subcontratos:

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Assistencia Ambulatória	1.118.794	1.251.382	1.497.343	245.961	20%
Meios Complementares de Diagnóstico	425.277	386.100	368.729	-17.371	-4%
Meios Complementares de Terapêutica	190.704	208.314	190.609	-17.705	-8%
Internamentos no exterior (psiquiatria)	131.429	110.287	124.614	14.327	13%
Deslocações de doentes	1.815.545	1.662.900	1.965.399	302.499	18%
Trabalhos Executados no Exterior	1.201.721	1.048.443	1.240.939	192.496	18%
Tecnologias de Informação	71.755	80.844	90.811	9.967	12%
Total	4.955.224	4.748.270	5.478.444	730.174	15%

Como podemos verificar, as maiores variações ocorrem nas rubricas da assistência ambulatória, a qual inclui empresas médicas contratadas pelo HH para prestação de serviços médicos (+20%), deslocação de doentes (+18%) e trabalhos executados no exterior (+18%).

Os gastos com assistência ambulatória registam um aumento de 20% face ao ano anterior, conforme detalhe abaixo indicado:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



[Handwritten signature]

Assistência Ambulatória

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Internamento médico	3.500	20.178	125.230	105.052	521%
Internamento Cirúrgico	38.163	11.920	15.705	3.785	32%
Ortotraumatológico	31.490	8.597	11.164	2.567	30%
Mulher	195.420	256.955	223.827	-33.128	-13%
Criança	33.298	11.730	33.706	21.976	187%
Emergência	631.727	690.720	659.070	-31.650	-5%
Consulta externa	74.398	96.254	257.258	161.004	167%
Hospital de Dia	77.513	139.269	137.458	-1.811	-1%
Serviços de Apoio Clínico	33.287	15.760	33.925	18.166	115%
Total	1.118.794	1.251.382	1.497.343	245.961	20%

Verifica-se um aumento de gastos no internamento médico, nomeadamente na especialidade de medicina 2 a funcionar na Unidade de Saúde da Ilha do Pico. Por outro lado na consulta externa, os aumentos advêm das especialidades de ortopedia, urologia, psiquiatria e dermatologia nas quais tem sido contratadas empresas médicas externas para suprir ausências de especialistas por baixas médicas, licenças de maternidade, etc. De referir, ainda que houve um aumento do valor hora pagos às empresas médicas (36 € de presença física e 18 € de prevenção em 2021 e no ano anterior 30/15 €).

Por sua vez, a rúbrica da deslocação de doentes apresenta um acréscimo de 18%, conforme:



Deslocação de doentes

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Transportes não urgentes	145.059	188.721	239.885	51.163	27%
Transportes de doentes	713.649	509.143	728.325	219.182	43%
Estadias	883.991	891.491	898.744	7.253	1%
Outros	72.845	73.545	98.446	24.901	34%
Total	1.815.545	1.662.900	1.965.399	302.499	18%

Podemos verificar um aumento nos gastos com transportes de doentes em virtude do aumento do número de doentes deslocados tendo em conta o aumento gradual da atividade clínica. Houve também um acréscimo nos transportes não urgentes (+27%) devido à Medicina Física e Reabilitação e nas evacuações urgentes (+34%) de utentes para hospitais no continente realizadas pela Força Aérea.

Relativamente aos trabalhos executados no exterior:

Trabalhos Executados no Exterior

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Patologia clínica	112.094	154.248	160.076	5.828	4%
Medicina física e reabilitação	547.349	489.851	733.032	243.181	50%
Assistencia Ambulatoria	66.179	50.546	38.088	-12.458	-25%
Medicina nuclear	78.366	71.728	93.303	21.575	30%
Radioterapia	226.210	254.155	178.355	-75.800	-30%
Internamentos	76.601	1.136	1.706	570	50%
Aparelhos complementares de terapêutica	69.572	6.274	2.790	-3.484	-56%
Outros	25.350	20.506	33.590	13.085	64%
Total	1.201.721	1.048.443	1.240.939	192.496	18%



A variação de gastos nesta rubrica, (+18%) face ao ano anterior, ocorre essencialmente pelo aumento de custos verificado na medicina física e reabilitação (+50%) com o normalizar da situação pandémica. De referir, que em 2020 as clínicas convencionadas estiveram fechadas de março a junho. Em contrapartida, há uma redução significativa de gastos na radioterapia (-75.800 euros).

No quadro seguinte, podemos observar a variação de custos ocorrida nos serviços especializados:

Serviços Especializados

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Trabalhos Especializados	525.331	556.689	532.689	-24.000	-4%
Publicidade e Propaganda	1.029	3.160	920	-2.240	-71%
Vigilância e Segurança	41.756	42.042	47.558	5.515	13%
Honorários	425.708	411.044	746.824	335.781	82%
Conservação e Reparação	505.708	532.676	445.628	-87.048	-16%
Total	1.499.532	1.545.611	1.773.619	228.008	15%

Como se observa, verifica-se um acréscimo de 15%, face ao ano anterior, o que representa mais 228 mil euros de gastos. Nesta rubrica destacamos o aumento nos honorários, conforme se detalha de seguida:



Honorários

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Médicos	265.931	265.681	457.283	191.603	72%
Técnicos Superiores	50.119	70.851	149.267	78.416	111%
Assistentes Operacionais	55.201	22.941	47.592	24.652	107%
Outros	54.456	51.572	92.682	41.111	80%
Total	425.708	411.044	746.824	335.781	82%

O aumento verificado nos honorários, verifica-se especialmente a nível dos honorários médicos (+191.603 euros) o que se justifica pela prestação de serviços nas especialidades de gastro e imunoalergologia que é assegurada por 2 especialistas em regime de prestação de serviços. Acresce também que o valor hora pago aos médicos que se deslocam ao hospital aumentou em 2021. Paralelamente tem sido contratados técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais para fazer face a necessidades urgentes de pessoal nos diversos serviços.

Por outro lado, ocorre uma diminuição dos com gastos com assistências técnicas (-16%) tendo em conta uma reparação efetuada na TAC em 2020.

O aumento nos gastos com energias e combustíveis (+22%) e deslocações e estadas (+20%) resulta do aumento da atividade clínica realizada no Hospital em 2021 como consequência da normalização da situação pandémica provocada pela COVID 19.



Gastos com pessoal

Em relação aos custos com pessoal, estes ascenderam 19,12 milhões de euros em 2021, sendo que face a 2020, subiram 2%. Segue o detalhe:

Evolução dos custos com pessoal

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Remunerações dos Órgãos Sociais	231.896	238.011	239.181	1.170	0%
Remunerações do pessoal	13.778.434	14.627.980	14.473.210	-154.770	-1%
Remunerações certas e permanentes	9.699.593	10.429.589	10.533.280	103.691	1%
Remuneração Base	7.746.962	8.272.429	8.186.326	-86.104	-1%
Subsídio de férias e natal	1.347.504	1.444.583	1.426.932	-17.652	-1%
Subsídio de refeição	474.357	492.111	475.612	-16.499	-3%
Suplementos e prémios	39.624	64.890	68.579	3.689	6%
Outros	91.146	155.575	375.832	220.257	142%
Abonos variáveis ou eventuais	4.078.841	4.198.391	3.939.930	-258.461	-6%
Benefícios Pós Emprego	145.158	147.407	149.588	2.182	1%
Indemnizações	336	535	1.160	624	117%
Encargos sobre remunerações	3.216.928	3.433.069	3.424.579	-8.490	0%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	29.110	40.150	41.811	1.661	4%
Outros gastos com pessoal	205.055	205.987	189.332	-16.655	-8%
Outros encargos sociais	66.492	115.312	98.065	-17.248	-15%
Total sem especializações	17.673.072	18.808.452	18.616.926	-191.526	-1%
Especializações de custos	76.814	-75.333	504.056	579.389	-769%
Total	17.750.222	18.733.119	19.120.982	387.863	2%



Considerando os custos com pessoal sem especializações, verifica-se uma redução de (1%) o que se traduz numa variação absoluta de (-191.526 euros), o qual podemos discriminar da seguinte forma:

Evolução da remuneração base do pessoal, subsídio de férias e natal

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Pessoal Dirigente	46.448	48.169	48.169	0	0%
Pessoal médico	2.173.760	2.311.495	2.088.714	-222.782	-10%
Pessoal de enfermagem	2.940.344	3.083.010	3.228.446	145.436	5%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	688.789	771.460	781.022	9.562	1%
Pessoal técnico superior de saúde	48.291	46.487	68.528	22.042	47%
Pessoal técnico superior - outros	374.904	401.760	386.161	-15.599	-4%
Pessoal assistente técnico	870.853	946.017	915.561	-30.456	-3%
Pessoal assistente operacional	1.753.683	1.918.322	1.922.820	4.498	0%
Pessoal de informática	164.347	148.989	127.293	-21.696	-15%
Outro pessoal	33.048	41.304	46.544	5.240	13%
Total	9.094.466	9.717.013	9.613.257	-103.755	-1%

Avaliando-se o detalhe das remunerações base e subsídios de férias e natal por categoria profissional, comparativamente com o ano anterior, deparamo-nos com um decréscimo de (-1%), o que se traduz numa variação absoluta de (-103.755 euros).

No pessoal médico, a variação é de (-9%) o que resulta da saída de 2 especialistas em 2021, bem como da ausência de vários profissionais por aposentação, baixas, licenças de maternidade, etc. Na categoria de pessoal assistente técnico, também houve uma redução de (-3%) devido à saída de 3 colaboradores. No que diz respeito ao pessoal de informática a descida de (-15%) deve-se à aposentação de um colaborador.



Em contrapartida, nos enfermeiros e Tsdts constatamos aumentos de (+5%) e (+1%) respetivamente tendo em conta o pagamento de revalorização das carreiras conforme circular informativa da DRS nº27 de 29 de Novembro de 2019.

No próximo quadro apresenta-se os abonos variáveis ou eventuais, os quais subiram 119.550 €, em 2021:

Abonos variáveis ou eventuais

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Trabalho extraordinário	524.303	462.533	536.500	73.967	16%
Trabalho nocturno e de turno	476.088	536.816	533.230	-3.587	-1%
Subsídio de prevenção	3.008.098	3.121.834	2.803.799	-318.035	-10%
Ajudas de custo	18.350	10.245	15.156	4.911	48%
Subsídio de fixação de residência e alojamento	45.000	52.000	9.000	-43.000	-83%
Abono para falhas	982	983	959	-24	-2%
Outras gratificações variáveis ou eventuais	6.020	13.980	41.285	27.305	195%
Total	4.078.841	4.198.391	3.939.930	-258.461	-6%

Como podemos verificar, existe uma redução nos abonos variáveis ou eventuais (-6%), a qual resulta essencialmente da variação ocorrida na rubrica do subsídio de prevenção, tendo em conta o valor de prevenção pago em 2020 aos médicos, relativo ao D.L.R. 16/2013/A de 14 de outubro.

Segue baixo o detalhe do trabalho extraordinário por categoria profissional:



Trabalho extraordinário

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Pessoal médico	200.680	106.354	78.290	-28.064	-26%
Pessoal de enfermagem	184.349	175.409	223.350	47.941	27%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	30.094	25.822	32.886	7.064	27%
Pessoal técnico superior de saúde	15.129	16.085	24.372	8.288	52%
Pessoal técnico superior - outros	33.237	36.198	30.083	-6.115	-17%
Pessoal assistente técnico	5.501	34.412	48.887	14.475	42%
Pessoal assistente operacional	42.564	56.783	85.522	28.739	51%
Pessoal de informática	12.749	11.470	13.110	1.640	14%
Total	524.303	462.533	536.500	73.967	16%

Verifica-se um aumento de horas extras de pessoal de enfermagem (+27%) para colmatar a ausência de vários profissionais por motivos de licença de maternidade, baixas, etc. Ocorre também um aumento no pessoal assistente operacional (+51%) nomeadamente no serviço de instalação e equipamentos devido a várias obras realizadas. Em contrapartida, há uma redução nas horas extras pagas ao pessoal médico especialmente no serviço de medicina.

De seguida, apresentamos o subsídio de prevenção por categoria profissional:



Subsídio de prevenção

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Pessoal médico	2.331.446	2.412.212	2.118.972	-293.240	-12%
Pessoal de enfermagem	357.816	357.884	353.432	-4.452	-1%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	154.103	161.802	155.003	-6.799	-4%
Pessoal técnico superior de saúde	46.996	21.182	22.495	1.313	6%
Pessoal técnico superior - outros	66.517	115.288	92.173	-23.114	-20%
Pessoal assistente operacional	51.220	53.466	61.724	8.258	15%
Total	3.008.098	3.121.834	2.803.799	-318.035	-10%

A redução na prevenção verifica-se essencialmente na carreira médica devido ao pagamento em 2020 de valores em dívida aos médicos resultantes do DL nº16/2013/A de 14 de Outubro.

Relativamente aos suplementos e prémios, temos os seguintes valores:

Suplementos e prémios

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Suplementos	39.624	64.890	68.579	3.689	6%
Perícias forenses	7.099	6.217	5.840	-377	-6%
Codificação	41.391	38.523	39.076	553	1%
ROCCRA	35.651	13.588	800	-12.788	-94%
S.I.G.IC		90.220	323.090	232.869	258%
Total	123.764	213.438	437.384	223.946	105%



O acréscimo de 223.946 euros nos suplementos e prémios, explica-se essencialmente variação ocorrida na rubrica SIGIC (+232.869 euros), referente à recuperação de listas de espera de Ortopedia e Oftalmologia.

O aumento nas especializações de gastos (+579.839 euros) referem-se essencialmente à revalorização das carreiras de enfermagem e Tsd't's conforme circular informativa da DRS nº27 de 29 de Novembro de 2019.

Amortizações e depreciações

As amortizações e depreciações referentes aos equipamentos adquiridos registaram em 2021, um valor de 2,51 milhões de euros representando um acréscimo de 3% face a 2020.

Perdas por imparidade

Esta rubrica regista em 2021 um valor de 220.000 euros, o que representa uma descida face a 2020 de (-28%).

[Handwritten signature]

Outros gastos e perdas

Nesta rubrica são registadas essencialmente gastos com impostos, perdas inventários (essencialmente cedência de material COVID-19 conforme Circular Normativa da DRS nº. 46/2020 de 2 de novembro de 2020) e dívidas incobráveis.

Em 2021, a rubrica de outros gastos e perdas ascende a 381.046 € (em 2020, 1.333.497€), valor este que corresponde em grande parte às EPI's e álcool gel cedido às Usi's no âmbito da pandemia do COVID-19. Em termos absolutos há uma redução de (- 952.187 €) face ao período homólogo, uma vez que em 2020 foi registado um custo em dívidas incobráveis no montante 524.777 € respeitante à anulação das faturas dos subsistemas públicos conforme Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021 de 19 de Abril de 2021. Foi também considerada como dívida incobrável uma aquisição de álcool gel para o COVID-19 no montante de 425.088 €, cujo fornecimento não foi cumprido pelo fornecedor.

Gastos por juros e outros encargos similares suportados

Foram contabilizados em 2021 juros comerciais em dívida a uma entidade financeira, no montante de 192 mil euros, aquando da elaboração de um acordo de pagamentos face á dívida existente. Neste sentido, houve um aumento de 249% nesta rubrica face a 2020.

Após análise à estrutura de custos e proveitos, podemos concluir o seguinte:



Os proveitos totais em 2021 foram de 36,18 milhões de euros, o que representa um aumento face a 2020 de 3,2 milhões de euros. Esta variação resulta essencialmente do reforço obtido no financiamento em 2021 via contrato programa (em 2021, 33.226.000 euros e em 2020, 29.374.000 euros).

Quanto aos custos, estes aumentaram 2,8 milhões de euros (em 2021, 38,22 milhões de euros e em 2020, 35,43 milhões de euros. Este aumento resulta essencialmente de:

- Consumos (+2.057.266 euros), referentes essencialmente a reagentes utilizados no laboratório do Covid 19 para a realização de testes PCR e material de consumo clínico devido ao aumento das cirurgias realizadas incluindo programa Cirurge 2021;
- Fse's (+1.139.048 euros), resultado do aumento da atividade clínica realizada em 201 com o normalizar da situação pandémica;
- Custos com pessoal (+387.363 euros), provenientes da reclassificação das carreiras dos enfermeiros e Tsd't's; acresce também o custo com o programa Cirurge;

Esta variação de (+3,2 milhões de euros) nos proveitos e (+2,8 milhões de euros) nos custos, explicam, o decréscimo no resultado líquido negativo na ordem dos 468.000 euros (em 2021, -2,04 milhões de euros e 2020, -2,5 milhões de euros).



[Handwritten signature]

8.2 ANÁLISE FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2021, a posição financeira hospital apresentava, conforme quadro abaixo mencionado, um ativo total de 25,7 milhões de euros, um passivo total de 20,4 milhões de euros e, conseqüentemente um património líquido de 5,2 milhões de euros.

Evolução das principais rubricas do balanço

Rúbricas	2019	2020	2021	2021/2020	%
Ativo					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	25.874.367	23.968.027	22.350.869	-1.617.158	-7%
Inventários	1.220.061	1.514.662	1.744.569	229.907	15%
Clientes	23.399.593	465.461	734.372	268.911	58%
Ativos financeiros	297.601	124.447	75.534	-48.913	-39%
Disponibilidades	170.009	482.194	873.433	391.239	81%
Total do ativo	50.961.631	26.554.791	25.778.778	-776.013	-3%
Património Líquido	-42.371.439	7.226.320	5.291.095	-1.935.225	-27%
Passivo					
Financiamentos bancários	6.090.846	0	0	0	0%
Fornecedores	11.216.121	13.246.749	13.938.097	691.348	5%
Outras contas a pagar - SAUDAÇOR	69.803.586	0	0	0	0%
Outras contas a pagar	6.222.517	6.081.722	6.549.585	467.863	8%
Total do passivo	93.333.070	19.328.471	20.487.683	1.159.212	6%
Total do património líquido e passivo	50.961.631	26.554.791	25.778.778	-776.013	-3%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



A variação de (-3%) ocorrida no ativo total, no valor de (-776.013 euros), explica-se essencialmente pela diminuição dos ativos fixos em (-1.617.158 euros) tendo em conta as depreciações do período. Por outro lado, subiram os inventários (+15%), os clientes (+58%) e o caixa e depósitos (+81%).

A variação negativa de 27% no património líquido resulta em grande parte da incorporação do resultado líquido do exercício.

O agravamento de 6% registado no passivo, decorre essencialmente do aumento das dívidas aos fornecedores (+5%) em virtude do aumento de compras de bens para reforço de stocks por causa da pandemia do COVID-19 e da aquisição de serviços tendo em conta o aumento da atividade clínica realizada em 2021. As outras contas a pagar também crescem (+8%) devido ao reposicionamento das carreiras dos enfermeiros e Tsdt's.

As outras contas a pagar a 31 de Dezembro apresentam o seguinte detalhe:

Outras contas a pagar	2020	2021
Responsabilidade por benefícios pós-emprego	1.965.500	1.965.500
Estado e outros entes públicos	617.036	752.201
Outros credores	332.691	161.334
Remunerações a liquidar	3.166.495	3.670.551
	<u>6.081.722</u>	<u>6.549.585</u>



Handwritten signature in blue ink

8.3 EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA

Desempenho Financeiro

O controlo da despesa pública é um elemento crítico para garantir o cumprimento dos objetivos orçamentais traçados pela tutela. Neste âmbito, o Hospital concentra a sua gestão orçamental no cumprimento dos objetivos e metas a que o contrato-programa obriga, tendo por referência a produção contratada e os objetivos assistenciais constantes do anexo e respetivos apêndices ao mesmo.

De acordo com o previsto na cláusula 5.ª da adenda ao acordo modificativo, os montantes definidos para o desempenho económico-financeiro de 2021, e respetivas variações, são apresentados no quadro que se segue:

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS

GASTOS E PERDAS

Código de Contas	Designação	Realizado 2020	Contratualizado 2021	Realizado 2021	var 2021/2020		var 2021/2021cont	
					valor absoluto	%	valor absoluto	%
611	Mercadorias							
6121	Matérias-primas	5.227.797 €	7.196.809 €	7.285.063 €	2.057.266	39%	88.253	1%
61211	CMVMC - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	3.614.328 €	5.247.246 €	5.220.139 €	1.605.811	44%	-27.107	-1%
612111	CMVMC - Medicamentos	2.979.074 €	3.207.893 €	3.165.637 €	186.563	6%	-42.256	-1%
612112	CMVMC - Reagentes e produtos de diagnóstico rápido	538.973 €	1.936.393 €	1.946.219 €	1.407.246	261%	9.826	1%
612119	CMVMC - Outros produtos farmacêuticos	96.282 €	102.960 €	108.284 €	12.002	12%	5.324	5%
61212	CMVMC - Material de consumo clínico	1.263.617 €	1.583.139 €	1.666.599 €	402.982	32%	83.460	5%
61213	CMVMC - Produtos alimentares							
61214	CMVMC - Material de consumo hoteleiro	84.111 €	100.930 €	118.492,42 €	34.381	41%	17.562	17%
61215	CMVMC - Material de consumo administrativo	80.690 €	80.060 €	86.761,42 €	6.071	8%	6.702	8%
61216	CMVMC - Material de manutenção e conservação	185.051 €	185.434 €	193.070,25 €	8.020	4%	7.636	4%
61219	CMVMC - Outro material de consumo							
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias	5.227.797 €	7.196.809 €	7.285.063 €	2.057.266	39%	88.253	1%
	% S/total geral	15%	19%	19%				



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



6211	Serviços de saúde	4.748.270 €	5.237.373 €	5.478.444 €	730.174	15%	241.071	5%
62111	SC - ASSISTÊNCIA AMBULATÓRIA	1.251.382 €	1.437.366 €	1.497.343	245.961	20%	59.976	4%
62112	SC - MEIOS COMPLEMENTARES DIAGNÓSTICO	386.100 €	362.967 €	368.729	-17.371	-4%	5.762	2%
62113	SC - MEIOS COMPLEMENTARES TERAPÉUTICA	208.314 €	188.670 €	190.609	-17.705	-8%	1.939	1%
62114	SC - PRODUTOS VENDIDOS POR FARMÁCIAS							
62115	SC - INTERNAMENTOS	110.287 €	116.774 €	124.614	14.327	13%	7.841	7%
62116	SC - TRANSPORTE DE DOENTES	1.662.900 €	1.913.328 €	1.965.399	302.499	18%	52.071	3%
62117	SC - Aparelhos complementares de terapêutica							
62118	SC - TRABALHOS EXECUTADOS NO EXTERIOR	1.048.443 €	1.218.268 €	1.240.939	192.496	18%	22.671	2%
6218	SC - OUTROS SUBCONTRATOS	80.844 €	95.720 €	90.811	9.967	12%	-4.909	-5%
	Subcontratos	4.748.270 €	5.333.093 €	5.478.444 €	730.174	15%	145.351	3%
	% S/total geral	13%	14%	14%				
622	<i>Serviços especializados</i>	<i>1.545.611 €</i>	<i>1.592.688 €</i>	<i>1.773.619 €</i>	228.008	15%	180.931	11%
623	<i>Materiais de consumo</i>	<i>37.833 €</i>	<i>53.450 €</i>	<i>63.565 €</i>	25.731	68%	10.115	19%
624	<i>Energia e fluidos</i>	<i>488.471 €</i>	<i>582.301 €</i>	<i>595.337 €</i>	106.866	22%	13.037	2%
625	<i>Deslocações estadas e transportes</i>	<i>226.216 €</i>	<i>268.306 €</i>	<i>271.735 €</i>	45.520	20%	3.429	1%
626	<i>Serviços diversos</i>	<i>256.365 €</i>	<i>257.177 €</i>	<i>259.114 €</i>	2.749	1%	1.936	1%
	Concessões de serviços	2.554.497 €	2.753.922 €	2.963.370 €	408.874	16%	209.448	8%
	% S/total geral	7%	7%	8%				
631	<i>Remunerações dos órgãos sociais e de gestão</i>	<i>238.258 €</i>	<i>239.328 €</i>	<i>239.946</i>	1.688	1%	619	0%
632	<i>Remunerações do pessoal</i>	<i>14.177.872 €</i>	<i>14.769.204 €</i>	<i>14.862.872 €</i>	685.000	5%	93.668	1%
6321	<i>Remunerações certas e permanentes</i>	<i>10.268.372 €</i>	<i>10.935.927 €</i>	<i>10.900.307 €</i>	631.936	6%	-35.619	0%
6322	<i>Abonos variáveis ou eventuais</i>	<i>3.909.500 €</i>	<i>3.833.277 €</i>	<i>3.962.565 €</i>	53.064	1%	129.288	3%
634	<i>Indeminizações</i>		<i>2.320 €</i>	<i>1.160</i>				
635	<i>Encargos sobre remunerações</i>	<i>3.428.610 €</i>	<i>3.498.141 €</i>	<i>3.538.208</i>	109.598	3%	40.067	1%
636	<i>Acidentes no trabalho e doenças profissionais</i>		<i>47.447 €</i>	<i>41.811</i>	41.811	0%	-5.636	0%
637	<i>Gastos de ação social</i>		<i>138.120 €</i>	<i>98.065</i>	98.065	0%	-40.055	0%
638	<i>Outros gastos com o pessoal</i>	<i>888.379 €</i>	<i>410.109 €</i>	<i>338.920 €</i>	-549.459	-62%	-71.189	-17%
	Gastos com o pessoal	18.733.119 €	19.104.669 €	19.120.982 €	387.863	2%	16.313	0%
	% S/total geral	53%	50%	50%				
64	Gastos de depreciação e de amortização	2.450.235 €	2.499.605 €	2.511.713 €	61.478	3%	12.107	0%
	% S/total geral	7%	7%	7%				
65	Perdas por imparidade	303.482 €	240.000 €	220.000 €	-83.482	-28%	-20.000	-8%
	% S/total geral	1%	1%	1%				
66	Perdas por reduções de justo valor							
	% S/total geral	0	0	0				
67	Provisões do período							
	% S/total geral	0	0	0				
68	Outros gastos e perdas	1.333.497 €	404.763 €	381.046 €	-952.451	-71%	-23.717	-6%
	% S/total geral	4%	1%	1%				
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	76.116 €	307.811 €	266.017 €	189.901	249%	-41.794	-14%
	% S/total geral	0%	1%	1%				
	TOTAL DE GASTOS	35.427.012 €	37.840.672 €	38.226.635 €	2.799.623	8%	385.963	1%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GANHOS

Código de Contas	Designação	Realizado 2020	Contratualizado 2021	Realizado 2021	var 2021/2020		var 2021/2020 cont	
					valor absoluto	%	valor absoluto	%
702	Impostos indiretos							
704	Taxas multas e outras penalidades	57.828 €	238.431 €	274.939	217.111	375%	36.508	15%
	Impostos contribuições e taxas	57.828 €	238.431 €	274.939 €	217.111	375%	36.508	15%
	% S/total geral	0%	1%	1%	0			
71	Vendas	18.689 €	19.005 €	18.810	120	1%	-195	-1%
72	Prestações de serviços e concessões	1.058.693 €	610.198 €	573.521	-485.171	-46%	-36.677	-6%
7201	Serviços específicos do setor da saúde	1.058.693 €	610.198 €	573.521	-485.171	-46%	-36.677	-6%
	Impostos contribuições e taxas	1.077.382 €	629.203 €	592.331 €	-485.051	-45%	-36.872	-6%
	% S/total geral	3%	2%	2%	0			
73	Variações nos inventários da produção							
	% S/total geral	0	0	0	0			
74	Trabalhos para a própria entidade							
	% S/total geral	0	0	0	0			
751	Transferências-ORAA	29.374.000 €	33.226.100 €	33.226.100	3.852.100	13%	0	0%
752	Transferências correntes	1.009.772 €	618.911 €	613.915	-395.857	-39%	-4.996	-1%
	Transferências e subsídios correntes obtidos	30.383.772 €	33.845.011 €	33.840.015 €	3.456.243	11%	-4.996	0%
	% S/total geral	92%	94%	94%	0			
76	Reversões	428.259 €		78.506	-349.753		78.506	100%
	% S/total geral	1%	0	0%	0			
77	Ganhos por aumentos de justo valor							
	% S/total geral	0	0	0	0			
78	Outros rendimentos e ganhos	969.896 €	1.340.338 €	1.399.560	429.664	44%	59.222	4%
	% S/total geral	3%	4%	4%	0			
79	Juros dividendos e outros rendimentos similares						0	
	% S/total geral	0	0	0	0			
	TOTAL DOS RENDIMENTOS	32.917.138 €	36.052.983 €	36.185.351 €	3.268.213	10%	132.368	0%
					0			
	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	- 2.509.873 €	- 1.787.689 €	- 2.041.284 €	468.589	-19%	-253.594	14%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



O resultado líquido no final de 2021, ascende a (- 2.041.284 euros), o que representa um desvio de 14% face ao resultado contratualizado (- 1.787.689 euros). Esta variação de (+253.594 euros) face ao resultado esperado resulta essencialmente de custos não previstos com consumos (+88.253 euros) e fse's (+451.112 euros). Em contrapartida os proveitos realizados ultrapassaram em (+132.368 euros) o valor estimado.

A estrutura de proveitos totalizou em 2021 o montante de 36.185.351 euros, tendo as principais diferenças para o contratualizado ocorrido nas rubricas de reversões (+78.506 euros) e outros rendimentos (+59.222 euros).

Quanto ao total de custos ocorridos em 2021 estes atingiram os 38.226.635 euros, o que representa um desvio de 1% em relação ao valor contratualizado de 37.840.673 euros. Analisando a estrutura de custos, verifica-se que a rubrica com maior peso nos gastos do Hospital que são os custos com pessoal ascenderam a 19.120.892 euros, o que representa uma ligeira variação face ao contratualizado, nomeadamente um desvio de (+16.313 euros). Por sua vez, os consumos com 7.207.325 euros, apresentam um desvio de (1%) principalmente no material de consumo clinico.

No respeitante aos fornecimentos e serviços, nos subcontratos houve variação de (+3%) face ao estimado, principalmente nas rubricas da assistência ambulatoria e deslocação de doentes. Quanto aos fse's, deparamo-nos com um desvio de (+8%), tendo contribuído em grande parte para esta variação os gastos com honorários.



Handwritten signature in blue ink

Rendimentos e Gastos

Designação	2020	2021	Var2021/2020	
Rendimentos Operacionais	32.917.138 €	36.185.351 €	3.268.213 €	10%
Gastos Operacionais	35.350.895 €	37.960.618 €	2.609.723 €	7%
Resultados Operacionais	- 2.433.757 €	- 1.775.267 €	658.490 €	-27%
Reultado Líquido	- 2.509.873 €	- 2.041.284 €	468.589 €	-19%

Os resultados operacionais melhoram 27% face a 2020, resultado de um acréscimo nos rendimentos operacionais de (+10%), especialmente devido ao aumento do financiamento via contrato programa.

Por outro lado, os gastos operacionais aumentaram 7% em 2021 principalmente devido aos acréscimos registados nas rubricas de gastos com consumos e fse's.

O resultado líquido apresenta uma melhoria de 19% ou seja diminuiu 468.589 euros relativamente ao ano anterior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Rendimentos	2020	2021	var2021/2020	
Rendimentos operacionais	32.917.138 €	36.185.351 €	3.268.213 €	10%
Transferências Contrato Programa	29.374.000 €	33.226.100 €	3.852.100 €	13%
Transferências correntes obtidas	1.009.772 €	613.915 €	- 395.857 €	-39%
Outros rendimentos operacionais	2.533.366 €	2.345.336 €	- 188.030 €	-7%
% Transferências CP/Rendimentos operacionais	89%	92%	3%	
% Transferências correntes obtidas/Rendimentos operacionais	3%	2%	-43%	
% Outros rendimentos/Rendimentos operacionais	8%	6%	-16%	

Gastos	2020	2021	var2021/2020	
Gastos operacionais	35.350.895 €	37.960.618 €	2.609.723 €	7%
CMVMC	5.227.797 €	7.285.063 €	2.057.266 €	39%
Medicamentos	2.979.074 €	3.165.637 €	186.563 €	6%
Material consumo clínico	1.263.617 €	1.666.599 €	402.982 €	32%
FSE	7.302.766 €	8.441.815 €	1.139.048 €	16%
Gastos com pessoal	18.733.119 €	19.120.982 €	387.863 €	2%
<i>Gastos TE e subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno</i>	3.800.228 €	3.928.976 €	128.748 €	3%
% CMVM/Gastos operacionais	15%	19%	30%	
% FSE/Gastos operacionais	21%	22%	8%	
% Gastos com Pessoal/Gastos operacionais	53%	50%	-5%	
% Gastos TE e subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno/Gastos com pessoal	20%	21%	1%	

- O indicador % Transferências CP/Rendimentos Operacionais aumentou 3% em 2021, como consequência do aumento financiamento e da redução das prestações de serviços;

- O indicador % Gastos com Pessoal/Gastos Operacionais desceu 5% em 2021;



8.4 ANÁLISE DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

O Hospital da Horta, EPER como entidade pública reclassificada passou a integrar a conta da RAA. Deste modo, iremos analisar a execução orçamental em termos de compromissos assumidos e pagamentos efetuados.

Despesa

Segue abaixo o mapa resumo da execução orçamental da despesa em 2021:

Execução Orçamental da Despesa

Orçamental	dez-20		dez-21		Comp/Orçam	Compromissos
	Compromissos assumidos	Orçamento Corrigido 2021	Compromissos assumidos	Pagamentos efetuados	Taxa de execução	Assumidos %2021/2020
1. Despesas correntes	44.367.304,80	35.599.739,00	49.380.592,12	34.836.853,86	139%	11%
01. Despesas com pessoal	19.581.133,73	19.611.320,00	20.068.606,01	19.230.405,15	102%	2%
0101. Remuneração Base	10.904.104,94	10.986.343,00	11.300.623,15	10.986.338,33	103%	4%
0102. Abonos Variáveis	4.690.385,04	4.574.652,00	4.785.604,82	4.574.606,02	105%	2%
0103. Segurança Social	3.986.643,75	4.050.325,00	3.982.378,04	3.669.460,80	98%	0%
02. Bens e Serviços	24.437.521,32	15.857.889,00	28.730.242,98	15.476.731,19	181%	18%
03. Juros e outros encargos	139.318,00	74.125,00	266.034,91	74.124,68	359%	91%
06. Outras despesas correntes	209.331,75	56.405,00	315.708,22	55.592,84	560%	51%
2. Despesas de capital	709.939,11	1.124.091,00	926.690,31	704.112,02	82%	31%
07. Aquisição de bens de capital	709.939,11	1.124.091,00	926.690,31	704.112,02	82%	31%
10. Passivos Financeiros						
TOTAL DA DESPESA	45.077.243,91	36.723.830,00	50.307.282,43	35.540.965,88	137%	12%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



O Hospital da Horta aumentou os compromissos assumidos das despesas correntes em 12%, face ao ano anterior, contribuindo especialmente para este aumento as rubricas de bens e serviços e juros. Nas despesas de capital houve um acréscimo de (+31%).

A taxa de execução da despesa apresenta 137% de compromissos assumidos face à dotação orçamental. As despesas com aquisição de bens e serviços apresentam no período em consideração, uma taxa de execução de 181% do Orçamento, e um aumento de 18% em relação ao período homólogo. As despesas com juros também tiveram um aumento considerável em 2021, devido ao acordo com a Banca Farma Factoring para pagamento da dívida em atraso e ao pagamento de faturas à EDA.

De salientar que em termos de pagamentos efetuados, a rubrica despesas com pessoal perfaz 58% do total, a aquisição de bens e serviços 41%.

Receita

Segue abaixo o mapa resumo da execução orçamental da receita em 2021:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



[Handwritten signature]

Execução Orçamental da Receita

Orçamental	dez-20	dez-21		Emit/Orçam	Receita	
	Receita Cobrada	Orçamento Corrigido 2021	Receita Emitida	Receita Cobrada	Taxa de execução	%2021/2020
Receitas Correntes	30.738.309,76	34.752.988,00	34.705.091,59	34.443.557,88	100%	12%
R4.Taxas, Multas e Outras Penalidades	31.371,20	244.575,00	244.574,75	244.502,75	100%	100%
R6.Transferências correntes	29.588.190,26	33.476.846,00	33.476.844,12	33.476.844,12	100%	13%
R7. Venda de Bens e Serviços	1.027.070,42	807.036,00	759.142,12	502.641,63	94%	-51%
R8. Outras Receitas Correntes	91.677,88	224.531,00	224.530,60	219.569,38	100%	140%
Receitas de Capital	908.097,40	1.970.842,00	1.970.841,39	1.970.841,39	100%	117%
R10. Transferencias de capital	1.028.014,31	1.488.647,00	1.488.647,00	1.488.647,00	100%	45%
R12. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R16. Na posse do serviço	-119.916,91	482.195,00	482.194,39	482.194,39	100%	-502%
TOTAL DA RECEITA	31.646.407,16	36.723.830,00	36.675.932,98	36.414.399,27	100%	15%

O Hospital da Horta apresenta no período uma taxa de execução da Receita Emitida de 100%. A receita cobrada aumentou 15% em 2021 face a 2020, tendo em conta o aumento do financiamento este ano e das portarias ao investimento. A cobrança de faturação proveniente das vendas e prestação de serviços diminuiu 51%. Por outro lado, a cobrança referente a taxas moderadoras aumentou 679% face ao período homologado atendendo-se à realização de testes PCR para a COVID-19.

Os recebimentos provenientes de Transferências Correntes representam 95 % da receita cobrada, os quais discriminam-se do seguinte modo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



R6.Transferências correntes	dez-21	
	Receita Emitida	Receita Cobrada
Estado - Subs. prot. social (Sub. Mobilidade)	234.829,20	234.829,20
RAA - Ser.Fund. Aut. - polít.activas de emp.	6.250,32	6.250,32
Segurança Social	9.664,60	9.664,60
RAA - DRS		
Portaria 125/2021	2.447.833,00	2.447.833,00
Portaria 197/2021	2.447.883,00	2.447.883,00
Portaria 341/2021	2.447.883,00	2.447.883,00
Portaria 545/2021	2.447.833,00	2.447.833,00
Portaria 546/2021	50.000,00	50.000,00
Portaria 862/2021	2.323.668,00	2.323.668,00
Portaria 982/2021	920.000,00	920.000,00
Portaria 983/2021	2.323.000,00	2.323.000,00
Portaria 1005/2021	2.323.000,00	2.323.000,00
Portaria 1210/2022	2.323.000,00	2.323.000,00
Portaria 1654/2021	2.323.000,00	2.323.000,00
Portaria 1851/2021	1.502.000,00	1.502.000,00
Portaria 1852/2021	2.323.000,00	2.323.000,00
Portaria 2160/2021	3.201.000,00	3.201.000,00
Portaria 2567/2021	2.323.000,00	2.323.000,00
Portaria 2653/2021	1.500.000,00	1.500.000,00
	<u>33.226.100,00</u>	<u>33.226.100,00</u>
	<u>33.476.844,12</u>	<u>33.476.844,12</u>

R10.Transferências capital	dez-21	
	Receita Emitida	Receita Cobrada
RAA - DRS		
Portaria 540/2021	29.500,00	29.500,00
Portaria 2029/2021	350.000,00	350.000,00
Portaria 2030/2021	321.110,00	321.110,00
Portaria 2031/2021	489.312,00	489.312,00
Portaria 2032/2021	88.000,00	88.000,00
Portaria 2290/2021	89.000,00	89.000,00
Portaria 2292/2021	50.725,00	50.725,00
	<u>1.417.647,00</u>	<u>1.417.647,00</u>
DRCTTD		
Portaria 2021	60.000,00	60.000,00
COA		
Portaria 2021	<u>11.000,00</u>	<u>11.000,00</u>
	<u>1.488.647,00</u>	<u>1.488.647,00</u>

8.5 DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

De acordo com nº17 do ponto 6 da NCP 1 do SNC-AP, as entidades públicas devem apresentar demonstrações financeiras previsionais nomeadamente demonstração de resultados, balanço e fluxos de caixa com o mesmo formato dos históricos que devem ser aprovados pelos órgãos competentes.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAIS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS		
		2021	2021 (Previsional)	Execução
Impostos e taxas		274.938,80	49.791,87	452%
Vendas		18.809,67	18.746,00	0%
Prestações de serviços		573.521,43	698.035,00	-18%
Transferências correntes e subsídios à exploração		33.840.014,92	33.944.048,00	0%
Custo das matérias consumidas		-7.285.062,60	-5.820.075,41	25%
Fornecimentos e serviços externos		-8.441.814,61	-7.467.283,63	13%
Gastos com pessoal		-19.120.981,77	-19.084.808,47	0%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-70.419,03	-120.000,00	-41%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-71.074,97	-120.000,00	-41%
Outros rendimentos e ganhos		1.399.560,20	1.163.594,00	20%
Outros gastos e perdas		-381.046,14	-367.092,59	4%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		736.445,90	2.894.954,77	-0,75
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2.511.712,52	-2.710.954,77	-7%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1.775.266,62	184.000,00	-1065%
Juros e gastos similares suportados		-266.016,94	-184.000,00	45%
Resultado antes de impostos		-2.041.283,56	0,00	100%
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período		-2.041.283,56	0,00	100%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Analisando – se primeiramente os proveitos, verifica-se desde logo um desvio positivo de 452 %, nos impostos e taxas face ao previsto. Este aumento deve-se á cobrança de taxas moderadoras referente aos testes de despiste ao vírus SARS-CoV-2 pela metodologia RT-PCR efetuados no Laboratório Covid do Hospital da Horta, conforme Portaria n.º 8/2021 de 15 de fevereiro de 2021.

Verifica-se um desvio de (-18%) nos proveitos resultantes da prestação de serviços, o qual decorre da cessação da faturação aos subsistemas públicos de saúde, nos termos preceituados no artigo 271.º da Lei n.º2/ 2020, de 31 de março, referente ao Orçamento de Estado para 2020.

Na rubrica outros rendimentos, constata-se um desvio positivo de (+ 20%), tendo em conta uma indemnização recebida pelo hospital por incumprimento contratual no âmbito da construção da empreitada do edificio do Corpo C realizada no período de 2011-2015.

Na estrutura de gastos, a rubrica consumos foi a que teve maior desvio face ao esperado (+ 25%), uma vez que os gastos com reagentes utilizados no Laboratório do COVID 19 para a realização de testes PCR foram bastantes superiores ao estimado.

Nos fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma execução superior ao previsto em (13%) , tendo em conta essencialmente o aumento de gastos com a deslocação de doentes , assistência ambulatoria e honorários tendo em conta o aumento da atividade clinica com o normalizar da situação pandémica até dezembro de 2021.

De seguida apresentamos o balanço previsional para 2021 e sua execução:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Handwritten signature in blue ink

BALANÇO PREVISIONAL EM 31 DE DEZEMBRO 2021

Unid: euros

Notas	DATAS		Execução
	31-12-2021	31-12-2021 (Previsional)	
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	21.924.902,36	22.471.508,40	-2%
Ativos intangíveis	425.966,57	199.253,81	114%
	<u>22.350.868,93</u>	<u>22.670.762,21</u>	<u>-1%</u>
Ativo Corrente			
Inventários	1.744.568,64	1.363.195,41	28%
Clientes, contribuintes e utentes	734.372,27	24.026.261,89	-97%
Estado e outros entes públicos	28.249,97	28.055,34	1%
Outras contas a receber	47.284,35	0,00	0%
Caixa e depósitos	873.433,39	50.000,00	1647%
	<u>3.427.908,62</u>	<u>25.467.512,64</u>	<u>-87%</u>
Total do ativo	<u>25.778.777,55</u>	<u>48.138.274,86</u>	<u>-46%</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
Património Líquido			
Património	33.300.000,00	33.300.000,00	0%
Reservas	3.529,55	3.529,55	0%
Resultados transitados	-35.680.021,57	-12.493.235,27	186%
Outras Variações no Património Líquido	9.708.870,53	10.158.174,64	-4%
	<u>7.332.378,51</u>	<u>30.968.468,92</u>	<u>-76%</u>
Resultado líquido do período	-2.041.283,56	0,00	-100%
Total do Património Líquido	<u>5.291.094,95</u>	<u>30.968.468,92</u>	<u>-83%</u>
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Responsabilidades por beneficiários pós-emprego	1.965.499,76	2.078.814,78	-5%
	<u>1.965.499,76</u>	<u>2.078.814,78</u>	<u>-5%</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.715.518,91	10.754.287,91	28%
Adiantamentos de clientes e utentes		-	
Estado e outros entes públicos	752.200,56	617.092,10	22%
Fornecedores de investimentos	222.578,29	-	
Outras contas a pagar	3.831.885,08	3.719.611,15	3%
	<u>18.522.182,84</u>	<u>15.090.991,16</u>	<u>23%</u>
Total do Passivo	<u>20.487.682,60</u>	<u>17.169.805,94</u>	<u>19%</u>
Total do Património Líquido e Passivo	<u>25.778.777,55</u>	<u>48.138.274,86</u>	<u>-46%</u>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Relativamente ao balanço verificamos um desvio no ativo, na rubrica de clientes (-97%), a qual explica-se essencialmente pela anulação dos saldos devedores dos subsistemas públicos, resultante da Resolução do Conselho de Governo nº 92/2021 de 21 de Abril de 2021. Por outro lado, as existências apresentam um valor superior ao esperado em (+28%) tendo em conta os EPI's comprados no âmbito do COVID 19 para entrega às Usí's conforme Circular da DRS 46/2021. Os saldos e disponibilidades também apresentam um desvio significativo tendo em conta subsídios ao investimento recebido para aquisição de equipamentos.

A variação negativa de 83% no património líquido resulta da anulação da dívida dos subsistemas já mencionada, no montante de 22.937.989 €

O desvio na dívida aos fornecedores (+28%) face ao esperado, resulta do fato dos gastos com compras e fse's terem subido como resultado do aumento da atividade clínica com o normalizar da pandemia da COVID-19.

Segue agora a demonstração de fluxos de caixa previsional:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL 2021

RÚBRICAS	Notas	unid : euros		
		2021	2021 Previsional	Execução
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes e utentes		747.144,38	1.421.602,00	-47%
Recebimentos de clientes - contrato programa		33.226.100,00	33.370.231,00	0%
Pagamentos a fornecedores		-15.476.731,19	-15.910.447,00	-3%
Pagamentos ao pessoal		-19.230.405,15	-19.578.431,00	-2%
Caixa gerado pelas operações		-733.891,96	-697.045,00	5%
Outros recebimentos/pagamentos		938.595,98	(297.719,39)	-415%
Fluxos de caixa das atividades operacionais		204.704,02	-994.764,39	-121%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-704.112,02	-1.390.000,00	-49%
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios ao investimento		890.647,00	1.952.570,00	-54%
Fluxos de caixa das atividades de investimento		186.534,98	562.570,00	-67%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Outras operações de financiamento		-	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	-	-
Juros e gastos similares		-	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-	-	-
Varição de caixa e seus equivalentes		391.239,00	(432.194,39)	-191%
Caixa e seus equivalentes no início do período		482.194,39	482.194,39	0%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		873.433,39	50.000,00	1647%
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período				
- Equivalentes a caixa no início do período		482.194,39	482.194,39	0%
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-	-
= Saldo da gerência anterior		482.194,39	482.194,39	0%
De execução orçamental		482.194,39	482.194,39	0%
De operações de tesouraria		-	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		873.433,39	50.000,00	1647%
- Equivalentes a caixa no fim do período		873.433,39	50.000,00	1647%
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-	-
= Saldo para a gerência seguinte		873.433,39	50.000,00	1647%
De execução orçamental		873.433,39	50.000,00	1647%
De operações de tesouraria		0,00	0,00	-



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Relativamente ao mapa de demonstração de fluxos de caixa previsionais, verifica-se um desvio no recebimento de clientes (-47%), tendo em conta a descida na cobrança de faturação a unidades de saúde, seguradoras e privados.

Os recebimentos e pagamentos referentes a atividades de investimento apresentam desvios significativos face ao esperado, uma vez que o plano de investimentos proposto pelo hospital não obteve financiamento para a sua execução.



[Handwritten signature]

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da competência estatutária, o Conselho de Administração do Hospital da Horta, EPER, propõe que o resultado líquido negativo do exercício do período compreendido entre 1 de Janeiro de 2021 e 31 de Dezembro de 2021, no montante de – 2.041.283,56 € (menos dois milhões e quarenta e um mil euros e duzentos e oitenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos) seja aplicado do seguinte modo:

APLICAÇÃO DE RESULTADOS	VALOR(€)
Para Reserva Legal	
Para Reserva Livre	
Para Resultados Transitados	-2.041.283,56 €

Os capitais próprios a 31 de dezembro de 2021, perfazem o montante de 5,21 milhões de euros (em 2020, 7,22 milhões de euros) o que resulta em grande parte, da integração do resultado líquido negativo do período.

O Conselho de Administração agradece ao acionista ter tomado as medidas necessárias para assegurar o equilíbrio da situação patrimonial do Hospital da Horta, EPER., o que vem atenuar as dificuldades resultantes de financiamentos deficitários obtidos em anos anteriores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



O Conselho de Administração tem compatibilizado a política orçamental da saúde com os níveis de necessidades financeiras que decorrem das suas obrigações de serviço público desencadeando um conjunto de ações com o intuito de otimização dos resultados operacionais, as quais apesar dos esforços desenvolvidos não tem sido suficientes para inverter o ciclo de resultados negativos, pois os níveis de atividades necessários têm exigido recursos financeiros acrescidos.

Neste contexto, cabe ao acionista canalizar todos os recursos financeiros disponíveis, para que a gestão operacional do Hospital possa ser desenvolvida dentro dos níveis e metas programadas através de contratos-programa plurianuais e outras orientações emanadas pelos responsáveis da política de saúde.

A capacidade do Hospital operar em continuidade dependerá da capacidade do acionista continuar a disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, sem os quais não será possível proceder à liquidação das dívidas a terceiros dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.

Horta, 30 de março de 2022

Conselho de Administração



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do **Hospital da Horta, E.P.E.R.** declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;

Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;

Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;

Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;

Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE

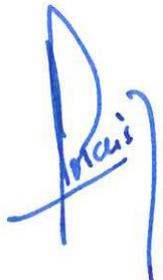


Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;

Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020

Unid: euros

	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	21.924.902,36	23.960.632,95
Ativos intangíveis	3	425.966,57	7.393,75
		<u>22.350.868,93</u>	<u>23.968.026,70</u>
Ativo Corrente			
Inventários	10	1.744.568,64	1.514.661,57
Clientes, contribuintes e utentes	18.2.1	734.372,27	465.460,98
Estado e outros entes públicos	18.2.2	28.249,97	63.059,91
Outras contas a receber	18.2.1	47.284,35	61.387,39
Caixa e depósitos	1.2	873.433,39	482.194,39
		<u>3.427.908,62</u>	<u>2.586.764,24</u>
Total do ativo		<u>25.778.777,55</u>	<u>26.554.790,94</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
Património Líquido			
Património	18.14	33.300.000,00	33.300.000,00
Reservas	18.14	3.529,55	3.529,55
Resultados transitados	18.14	-35.680.021,57	-33.170.148,41
Outras Variações no Património Líquido	18.14	9.708.870,53	9.602.812,19
		<u>7.332.378,51</u>	<u>9.736.193,33</u>
Resultado líquido do período		<u>-2.041.283,56</u>	<u>-2.509.873,16</u>
Total do Património Líquido		<u>5.291.094,95</u>	<u>7.226.320,17</u>
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Responsabilidades por beneficiários pós-emprego	19	1.965.499,76	1.965.499,76
		<u>1.965.499,76</u>	<u>1.965.499,76</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2.2	13.715.518,91	13.215.987,01
Estado e outros entes públicos	18.2.2	752.200,56	617.036,25
Fornecedores de investimentos	18.2.2	222.578,29	30.761,70
Outras contas a pagar	18.2.2	3.831.885,08	3.499.186,05
		<u>18.522.182,84</u>	<u>17.362.971,01</u>
Total do Passivo		<u>20.487.682,60</u>	<u>19.328.470,77</u>
Total do Património Líquido e Passivo		<u>25.778.777,55</u>	<u>26.554.790,94</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Unid: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Impostos e taxas	14	274.938,80	57.828,11
Vendas	13	18.809,67	18.689,49
Prestações de serviços	13	573.521,43	1.058.692,76
Transferências correntes e subsídios à exploração	14	33.840.014,92	30.383.772,25
Custo das matérias consumidas	10	-7.285.062,60	-5.227.796,51
Fornecimentos e serviços externos	23.1	-8.441.814,61	-7.302.766,34
Gastos com pessoal	19 e 23.2	-19.120.981,77	-18.733.118,59
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-71.074,97	-103.917,29
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.2.1	-70.419,03	115.379,86
Provisões (aumentos/reduções)	19	-	113.315,02
Outros rendimentos e ganhos	23.3	1.399.560,20	969.896,34
Outros gastos e perdas	23.4	-381.046,14	-1.333.497,12
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		736.445,90	16.477,98
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 e 5	-2.511.712,52	-2.450.234,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1.775.266,62	-2.433.756,85
Juros e gastos similares suportados	23.5	-266.016,94	-76.116,31
Resultado antes de impostos		-2.041.283,56	-2.509.873,16
Imposto sobre o rendimento	18.2.2	-	-
Resultado líquido do período		-2.041.283,56	-2.509.873,16

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Pedro Tenu

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prisco *António* *António*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Unid: euros

DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					Total do património líquido
		Património Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2020	18.14	33.300.000,00	3.529,55	(79.077.250,86)	10.451.622,91	(7.049.340,54)	(42.371.438,94)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação dos resultados			-	(7.049.340,54)		7.049.340,54	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			-	52.956.442,99	(848.810,72)		52.107.632,27
			-	45.907.102,45	(848.810,72)	7.049.340,54	52.107.632,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(2.509.873,16)	(2.509.873,16)
RESULTADO INTEGRAL						(2.509.873,16)	(2.509.873,16)
POSIÇÃO NO FIM DE 2020	18.14	33.300.000,00	3.529,55	(33.170.148,41)	9.602.812,19	(2.509.873,16)	7.226.320,17
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2021	18.14	33.300.000,00	3.529,55	(33.170.148,41)	9.602.812,19	(2.509.873,16)	7.226.320,17
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação dos resultados			-	(2.509.873,16)		2.509.873,16	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			-		106.058,34		106.058,34
			-	(2.509.873,16)	106.058,34	2.509.873,16	106.058,34
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(2.041.283,56)	(2.041.283,56)
RESULTADO INTEGRAL						(2.041.283,56)	(2.041.283,56)
POSIÇÃO NO FIM DE 2021	18.14	33.300.000,00	3.529,55	(35.680.021,57)	9.708.870,53	(2.041.283,56)	5.291.094,95

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Red. Tam

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arce

António Sousa
Distrito de Horta



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
unid : euros			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		747.144,38	1.058.441,62
Recebimentos de clientes - contrato programa		33.226.100,00	29.374.000,00
Pagamentos a fornecedores		(15.476.731,19)	(11.566.436,53)
Pagamentos ao pessoal		(19.230.405,15)	(18.855.235,59)
Caixa gerado pelas operações		-733.891,96	10.769,50
Outros recebimentos/pagamentos		938.595,98	(48.794,99)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		204.704,02	-38.025,49
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(704.112,02)	(677.803,55)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		890.647,00	1.028.014,31
Fluxos de caixa das atividades de investimento		186.534,98	350.210,76
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes		391.239,00	312.185,27
Caixa e seus equivalentes no início do período		482.194,39	170.009,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2	873.433,39	482.194,39
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período		482.194,39	170.009,12
= Saldo da gerência anterior		482.194,39	170.009,12
De execução orçamental		482.194,39	(119.916,91)
De operações de tesouraria		-	289.926,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
- Equivalentes a caixa no fim do período		873.433,39	482.194,39
= Saldo para a gerência seguinte		873.433,39	482.194,39
De execução orçamental		873.433,39	482.194,39
De operações de tesouraria		-	-

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Becho Ten

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arice *Guilherme* *Castro Alentejo*

[Handwritten signature]

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

**NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E
REFERENCIAL CONTABILÍSTICO**

1.1- Identificação da entidade e período contabilístico

Designação: HOSPITAL HORTA, E.P.E.R.

NIF: 512103070

Natureza Jurídica: Entidade Pública Empresarial

Sede: Estrada Príncipe Alberto de Mónaco –, 9900-038 Horta

Tutela: Secretaria Regional da Saúde

Legislação que criou a entidade e principal legislação aplicável

O Hospital da Horta, E.P.E.R. (abreviadamente designado por “HOSPITAL” ou “Entidade”) foi transformado em entidade pública empresarial, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, sucedendo nos direitos e obrigações da unidade de saúde a que deu origem.

O HOSPITAL é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro e do artigo 8º - F do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, sendo também dotado de autonomia técnica.

[Handwritten signature in blue ink]

No âmbito do diploma acima mencionado, o capital estatutário do HOSPITAL detido pela Região Autónoma dos Açores foi fixado em 33.300.000 euros, podendo ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e de saúde.

O HOSPITAL rege-se, assim, pelo respetivo diploma de criação, pelos seus regulamentos internos, pelas normas em vigor para os hospitais do Serviço Regional de Saúde que não sejam incompatíveis com a sua natureza jurídica e, subsidiariamente, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, não estando sujeitos às normas aplicáveis aos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos autónomos.

O objeto principal do HOSPITAL é a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde e dos subsistemas de saúde, ou a entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral, bem como desenvolver atividades de investigação, formação e ensino.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade é financiada em parte, por dotações orçamentais incluídas nos contratos-programa ou de gestão a celebrar com a Região Autónoma dos Açores, através do estabelecimento de objetivos e metas qualitativas e quantitativas que promovam o equilíbrio dos seus níveis de eficiência e que tenham como referencial os preços praticados no mercado para os diversos atos clínicos que serão anualmente fixados pelo membro do Governo Regional com competência na área da saúde.

Os trabalhadores do HOSPITAL estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho de acordo a legislação em vigor, com exceção dos trabalhadores que transitaram da extinta unidade de saúde abrangidos pela relação jurídica de emprego público ou pelo contrato administrativo de provimento que lhes é garantida a manutenção integral do seu estatuto jurídico, designadamente no que concerne à natureza do vínculo e regime de aposentação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



Nos termos da legislação em vigor, a atividade operacional do HOSPITAL é financiada através da celebração de um contrato programa ou de gestão celebrados com a Secretaria Regional da Saúde, através dos quais são estabelecidos objetivos e metas que promovam os seus níveis de eficiência.

O HOSPITAL beneficiou em 2021 de um financiamento global de 33.226.000 euros, tendo sido inicialmente atribuída uma verba de 30.224.000 euros, conforme o estipulado no Orçamento da Região, DLR n.º15-A/2021/A, de 31 de maio de 2021 (em 2020, 29.374.000 euros), tendo sido posteriormente efetuado reforços no montante de 1.502.000 e 1.500.000 euros, conforme portarias 1851/2021 e 2653/2021. Estas verbas transferidas em duodécimos foram reconhecidas em resultados do período na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração (Nota 14).

Além desta verba auferida no âmbito do contrato programa, o Hospital da Horta também recebeu no âmbito do plano de investimentos assinado com a Secretaria Regional da Saúde e Desporto, a 31 de Março de 2021, o montante de 29.500 euros provenientes do Orçamento da Região (em 2020, 751.513 euros – Nota 14), destinados a beneficiações de infraestruturas. Durante o ano foram efetuadas várias adendas ao contrato de investimentos, tendo a última, assinada a 22 de Novembro de 2021, atribuído portarias no montante de 489.312 euros para apetrechamento e modernização e 371.835 euros para tecnologias de informação. Estas verbas foram registadas na rubrica de Subsídios ao investimento (Nota 18.14). Foram ainda atribuídas portarias no valor de 88.000 euros para medidas de combate à COVID-19 e 439.000 euros destinados ao programa Cirurge, as quais foram registadas em resultados do período (Nota 14).

Por fim, foi atribuído um subsídio de 60.000 euros pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia, no âmbito celebração do contrato de cofinanciamento para apoio ao funcionamento de uma unidade laboratorial no HOSPITAL para a realização de testes de diagnóstico da COVID-19 e promoção de outras atividades científicas e 11.000 euros pelo COA no âmbito do programa ROCCRA.

[Handwritten signature]

1.2- Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que SNC-AP não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade, adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimento e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.



A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Hospital, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas em 23 de junho de 2021 pelo despacho conjunto n.º1316/2021 do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e do Secretário Regional da Saúde e Desporto.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 30 de Março de 2022, e serão submetidas a aprovação por despacho conjunto do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e do Secretário Regional da Saúde e Desporto, nos termos da alínea b) do artigo 10.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.



Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem. Desta forma, é proporcionada informação fiável e relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O HOSPITAL não dispõe de quaisquer saldos de caixa e seus equivalentes com restrição de uso nos períodos apresentados. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes

A rubrica de caixa e depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, detalha-se como se segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Caixa	24.055	21.444
Depositos bancários à ordem		
Banco Santander Totta	849.378	460.750
	<u>849.378</u>	<u>460.750</u>
	<u>873.433</u>	<u>482.194</u>



NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos do Hospital, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionadas com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.



2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas relevantes adotadas na preparação das demonstrações financeiras são descritas abaixo:

(a) Ativos intangíveis

A Entidade reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Entidade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas e referem-se a direitos de utilização de software.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, que pode variar entre três a seis anos.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Entidade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informático são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição ou de produção para ativos adquiridos após essa data.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE



O custo de aquisição inclui o custo da compra, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos diretamente necessários para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são reconhecidos como gastos no período em que são incorridas e de acordo com o regime do acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. Com exceção das instalações do HOSPITAL, as depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, do SNC-AP (CC2).

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 8

As instalações do HOSPITAL, que foram objeto de uma avaliação livre em 2007, são para efeitos da incorporação no capital estatutário registadas como entrada em espécie sendo depreciadas de acordo com o método de quotas constantes, durante um período de vida útil estimado em 50 anos, a partir de 1 de janeiro de 2007.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

(c) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda. As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou do serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Inventários

Os inventários estão mensurados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).



O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é reconhecida uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

(e) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando o Hospital se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.



[Handwritten signature in blue ink]

Os ativos e passivos financeiros, que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotado em mercado ativo, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

Cientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.



Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos e passivos financeiros (que incluem dívidas ao Estado) são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros, que não sejam mensurados ao justo valor através dos resultados, são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais associados aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para

[Handwritten signature]

outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(f) Património

O património apresentado corresponde ao capital estatutário subscrito e realizado à data do relato financeiro.

(g) Periodização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

(h) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados consoante se são provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados, relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do



rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade quando satisfaz uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.



Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(i) Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Em conformidade com a legislação em vigor, o HOSPITAL tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados e dos trabalhadores no ativo com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações. O HOSPITAL não constituiu qualquer provisão para este efeito, estando a quantificação das responsabilidades por serviços passados existentes à data do relato dependente da realização de um estudo atuarial.

(j) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.



(k) Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

(l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.



(n) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço e que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2021, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

O Conselho de Administração concluiu que o HOSPITAL dispõe de recursos apropriados para manter a atividade, não havendo a intenção de a cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Ressalvamos, no entanto, que a atividade do HOSPITAL está fortemente dependente dos níveis de financiamento garantidos pelo orçamento do serviço regional de saúde, que são permanentemente avaliados, pois pode haver necessidades de financiamento adicionais para manter os níveis de desempenho sem risco de rutura.



De 31 de dezembro de 2021 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros do Hospital.

2.5 - Alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativas possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período económico subsequente são as que se seguem:

[Handwritten signature]

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando que, os ativos fixos tangíveis não foram inventariados e avaliados, e que existem divergências entre a aplicação de gestão de ativos e os registos contabilísticos, exceto nos terrenos, edifícios e outras construções que foram objeto de avaliação em 1 de janeiro de 2007 para efeitos de realização de capital estatutário em espécie, e perante as incertezas quanto ao valor de recuperação do seu valor líquido, se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da Entidade.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores das contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Entidade da probabilidade da sua recuperação, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados.